



Assembleia Municipal

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2007**

**Acta n.º 12**

Ao décimo dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de três de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desafecção de uma parcela de terreno, do domínio público municipal para o domínio privado, para cedência da mesma a título gratuito á Sociedade Polis Albufeira; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de alteração do Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira (Resolução de Concelho de Ministros n.º159/2003, de 6 de Outubro), ao abrigo do regime simplificado, previsto no art.97º do D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro, da redacção dada pelo D.L. n.º310/2003 de 10 de Dezembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Carta Educativa do município de Albufeira; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de interesse municipal da Central Fotovoltaica - Quinta do Escarpão, Paderne; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche e ATL, em Sesmarias - Albufeira; -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Ana Luísa Sousa Simões, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e

de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----  
 Registrou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves, Marlene Pisco e Carlos Quintino e de não permanência, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro e Nelson António de Melo. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Cristiano Cabrita, Sílvia Rosa (membro suplente), José Vila Nova (membro suplente) e Pedro Ferro, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Ana Luísa Sousa Simões e Nelson António de Melo. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão desejando a todos os presentes um bom ano de 2007 e passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Júlia Raimundo (Rua Sacadura Cabral, Edif. Monte a Mar) - Dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que na última sessão lhe entreguei um dossier e até à data ainda não obtive resposta. Queria saber em que ponto se encontra, se ainda vou obter resposta ou não? O Sr. Presidente não estava presente, estava o Sr. Vice-Presidente que recebeu o documento. -----

Presidente da Câmara - Boa noite, quero cumprimentar a Assembleia e o público aqui presente. É a primeira Assembleia deste ano e também quero fazer votos de um bom ano de 2007. Tenho aqui esse dossier que recebi das mãos do Sr. Vice-Presidente. Tem uma série de questões, umas técnicas, outras políticas, que já fazem parte da história das conversas que temos tido ao longo destes tempos. A resposta não está completa porque há pedidos de informação que passam pela Sociedade Polis, têm de ter resposta da CCCR, com a resposta da Câmara. Ou seja, é um conjunto de perguntas tão diversificado, em diversos âmbitos, com entidades diversas, que o conjunto dessas respostas ainda não está concluído. Há um conjunto de informação que é preciso juntar para dar resposta ao documento, umas serão respostas técnicas, outras respostas políticas. Vai receber resposta, com certeza, não sei se será a todos os pontos, mas aqueles que conseguirmos identificar e referenciar serão respondidos. -----

Júlia Raimundo - Gostaria de saber quando começam as obras na praça dos pescadores, não sabemos de nada em concreto e ainda continuo com a minha porta aberta. Não sei se feche e mande o meu pessoal para férias, porque ainda não nos foi informada a data do início das obras. Todos os empresários da baixa têm o direito de ficar a conhecer qual será a data e quanto tempo irão ter a porta fechada. Eu falo por mim e por as outras pessoas que estão presentes, porque geralmente todos ficam calados e sou eu que sempre tenho que falar. Também tenho que zelar pelos meus interesses e pela porta que ainda tenho aberta, desejando já tê-la fechada para férias. -----

Presidente da Câmara - Uma reunião que houve aqui nesta sala, penso que em final de Outubro, disse que as obras iriam começar no início de Janeiro, a partir do dia oito. No âmbito da obra em si, da intenção da adjudicação, esse processo está fechado. A

empresa está a fazer a verificação no terreno, já entrou com a segurança e saúde, que é obrigatório nestas situações. Está a fazer a verificação para que não aconteça naquela zona o mesmo que aconteceu na outra zona da cidade, onde a empresa entrou, partiu tudo e depois andou tudo numa confusão. Ou seja, eles estão a apresentar um plano de intervenção, onde a primeira intervenção começa a partir da zona da Ruína para cá, vão intervindo e partindo à medida que vão planeando a obra. O prazo do contrato da obra é de 150 dias. Foi o que aqui ficou dito nessa reunião de Outubro, onde estavam praticamente quase todas as pessoas lá de baixo. Falou-se que se ia encostando a obra à barreira de maneira a que tudo aquilo que fosse a zona dos comerciantes, a zona envolvente às lojas, fosse intervencionada primeiro e criando corredores que prevenissem e diminuíssem os impactos, como tivemos na Av. da Liberdade, Largo Eng. Duarte Pacheco e Av. 25 de Abril. Eu próprio já reuni com a administração da empresa que vai avançar com aquela obra, estão a fazer já a contratação e adjudicação dos materiais a aplicar. Tudo aquilo que é preciso intervir e fazer em termos de planeamento está a ser feito neste momento. Em relação aos pescadores, o que está combinado e praticamente aceite é, a Câmara já iniciou todos os procedimentos para a aquisição das instalações provisórias para colocar no porto de abrigo e penso que serão lá colocadas nos dias 23/24 e a partir daí poderão fazer as suas mudanças de maneira a que aquele espaço ali fique vazio para demolição. Antes do final do ano houve uma reunião com a administração da Doca Pesca, tenho aqui o dossier onde é necessário fazer no porto de abrigo umas instalações provisórias para a lota, porque era suposto, quando este processo se iniciou em 2000, as instalações do porto de abrigo estivessem concluídas no máximo em 2005/2006, mas tem havido atrasos. Neste momento as obras já estão adjudicadas, tenho 12 meses para a construção das instalações de apoio onde vão ficar a lota e as casas dos apetrechos para os pescadores. Portanto, neste momento a Câmara assume a instalação dos equipamentos para os pescadores, não é a sua obrigação mas acha que deve assumir. Em relação à lota, neste momento, eles fizeram exigências bastante grandes em relação às instalações, nós estamos a contrapor com umas instalações mais pequenas, porque o pescado que é vendido nesta lota, penso eu que não necessita das instalações que pretendem e penso que chegaram a um entendimento para que depois seja feita a demolição daquele edifício onde está a lota. Estas são as informações em relação aquela intervenção. O que está neste momento previsto e planeado, não tem grandes defasamentos em relação ao que foi dito em Outubro. -----

David Martins - Nessa altura também ficou falado de haver uma reunião com os pescadores e as entidades, para que os pescadores ficassem com um conhecimento geral das coisas. Por acaso, só agora é que ficamos a saber que vamos para o outro lado dia 22, até agora ninguém nos tinha dito nada. Não é uma direcção ou uma associação de pescadores que vai tomar essa responsabilidade perante os pescadores todos. -----

Presidente da Câmara - Eu tive a informação esta tarde, sobre a data de entrega desses equipamentos e eu não tinha condições para reunir com os pescadores sem ter essas datas mais ou menos assumidas. Eu disse isto no contexto da pergunta que a Júlia fez. Essa reunião com os pescadores, como o Hélder acompanhou todo esse

processo, já tinha falado com ele no sentido de marcarmos a reunião para segunda feira, para dar a conhecer toda essa envolvencia que vem de certo modo ao encontro daquilo que foi a conversa com a associação e aquilo que ficou combinado. Esta informação que eu dei agora foi na sequência da pergunta que me foi colocada, não para passar à frente. Era 17.30h desta tarde quando tive a informação da possibilidade da instalação desses equipamentos, apenas foi dito aqui para completar a informação. ----  
Hélder Sousa (Presidente Junta Freguesia Albufeira) - Nada foi feito à revelia dos pescadores. Eu reuni-me com muitos pescadores e o que está combinado é, quando estivermos as coisas em condições dos pescadores terem conhecimento exacto do que se vai passar essa reunião será agendada. Nada foi feito à revelia dos pescadores, antes pelo contrário, todos os movimentos que fiz em relação às instalações provisórias, a associação dos pescadores foi convidada, como é normal, penso que é ela que representa a maior parte dos pescadores, contrariamente ao que o Sr. David está a dizer. -----

David Martins - Apenas referi que não tínhamos conhecimento da informação da data da mudança. -----

Hélder Sousa (Presidente Junta Freguesia Albufeira) - O Senhor não tinha mas os outros pescadores se calhar tinham. -----

David Martins - Ainda hoje falei com uma pessoa e não sabia de nada. -----

Carlos Domingues - Na sequência desta conversa eu gostaria de saber, uma vez que o porto de abrigo também é ocupado por munícipes que têm embarcações de recreio, se está previsto local e quando está disponível para que as pessoas possam deslocar as suas embarcações para essa nova zona. Essas instalações que vão dar aos pescadores irão ocupar exactamente a zona que actualmente é ocupada por estas embarcações. ---

Presidente da Câmara - Não vamos misturar as coisas. Quem faz a gestão do porto de abrigo é o **IPTM** qualquer acção naquele espaço tem que ter a autorização do Instituto Marítimo portuário. Esta negociação foi feita por mim com o delegado deste momento, João Coesa, no sentido de encontrarmos a solução para as instalações provisórias dos pescadores tendo em conta a necessidade de intervir ali em baixo. Como é obrigação do Estado desde há três anos ter adjudicado aquela obra, já deveria estar pronta há dois anos. Sendo assim, era natural que quando esta obra fosse para o terreno já as instalações dos pescadores já lá estivessem. Esta obra só há um ano foi adjudicada, tem um ano de execução. Depois, há questão da lota. A Doca Pesca e a lota, eram supostas estarem concluídas. Quando fizerem agora a obra das instalações do Porto de Abrigo, todas as embarcações que lá estão têm de sair. O Instituto Portuário tira de lá todas as embarcações porque tem de fazer a obra. O que fica definido é o espaço necessário para as instalações provisórias dos pescadores, que fica perto de onde está a rampa de maneira a dar-lhes apoio. Aquele Porto de Abrigo, quando foi estudado, não ficou definido para embarcações de pequeno porte e recreio, o que nós pedimos foi que quando fizessem o projecto das instalações do Porto, que encaixassem uma determinada área de 80m<sup>2</sup>, para poder dar ajuda a embarcações não do género recreio mas do género vela, remo. O que nós estamos a procurar fazer, já falei com o Instituto, é no sitio do lado Poente onde estão as barracas de madeira, que já deveria

ter sido demolidas, arranjar-mos o espaço e criar condições para que os barcos possam utilizar aquela zona, obviamente que isto tem de ser em concordância com o Instituto Marítimo Portuário. A Câmara, nesta questão, tem feito a "ponte" e procurado intervir de maneira a corrigir algumas situações que inicialmente não ficaram definidas para esse tipo de embarcações. -----

Carlos Domingues - Segundo o que entendi das suas palavras, a resposta é, não está previsto. Primeiro tira-se os barcos, põe-se lá as barracas e depois arranja-se o espaço. -----

Presidente da Câmara - O que lhe disse foi, a gestão do Porto de Abrigo é da responsabilidade de uma entidade governamental. Quando foi pensado não foi nada previsto em termos de embarcações de recreio, é um porto de pesca. As instalações portuárias vão cobrir praticamente toda aquela zona em termos de equipamento físico, fica apenas o espaço para apoio aos barcos de pesca, foi o que ficou no projecto inicial. O que nós estamos agora a tentar fazer, é procurar que o Instituto Portuário seja sensível e que do lado poente haja condições para que os barcos pequenos possam passar para lá, criando passagem pelo lado Sul da Marina. Obviamente que isso tem de ter concordância de quem faz a gestão daquele Porto de Abrigo. Eu não disse que não. O Senhor deve pensar que eu estou a fazer tudo no sentido de arranjar e corrigir situações que não foram identificadas. Procurar possibilidade de haver alguma utilização por parte daqueles que neste momento não têm condições nenhuma e quando começarem as obras deixam de poder lá ir porque o estaleiro fica completamente vedado, excepto aos pescadores. -----

Carlos Domingues - O Senhor não percebeu a pergunta. Perguntei, se haveria possibilidade de quando os pescadores passarem para lá, os barcos de recreio também o façam. Está a perceber a pergunta? -----

Presidente da Câmara - Estou a perceber a pergunta, mas a resposta objectiva é a mesma, porque aquele é um Porto de Abrigo de pesca, e nós estamos a encontrar soluções para que do outro lado Poente, que não sendo território nosso em termos de gestão, inclusive o Vereador Carlos Quintino já lá foi, já verificou as condições da possibilidade de fazer uma terraplanagem e levar para lá água, criar as condições para que isso possa vir a acontecer. É um esforço e uma obrigação porque também ficamos sensibilizados com essa questão, há muita gente com barcos desses que têm falado connosco, nomeadamente o Clube de Pesca de Albufeira. É preciso ficar ciente que aquele Porto de Pesca e as instalações que foram pensadas para lá, foram essencialmente para dar apoio aos pescadores, Agora, vamos ver se por acréscimo, conseguimos alguma coisa positiva em relação aos barcos de recreio. -----

Luís Alexandre - Acabo por intervir apenas como Presidente de uma associação de Comerciantes, ACOSAL, para levantar algumas preocupações. A primeira tem a haver com as obras que estão a decorrer na Av. 25 de Abril e com as obras que se vão iniciar no Cais dos Pescadores. Todos nós sabemos que uma parte de Albufeira, em obras, acaba por afectar as outras partes. O que nós já pedimos, em comunicados e em contactos pessoais com a Vereação da Câmara é que, efectivamente haja um grande rigor, um grande controlo por parte da Presidência da Câmara sobre a Sociedade Polis,

no sentido de que as obras sejam executadas dentro do rigor dos projectos e dos prazos, não afectando as pessoas, como já aconteceu no passado. Eu apenas me limito a falar disto para que efectivamente haja preocupação por esta questão. Relativamente à Av. da Liberdade e aos problemas que nós já sofremos, neste momento levantam-se outros problemas, nomeadamente a questão do funcionamento dos nossos negócios dependendo sempre do estacionamento. Os parques de estacionamento ainda não existem, estão atrasados e estão a trazer-nos alguns problemas de "caixa". Passamos um Inverno extremamente amargo e os parques de estacionamento tornam-se vitais para a recuperação financeira destes longos meses que atravessamos. Já tive uma conversa com o Sr. Presidente, bastante positiva, no sentido de continuar a haver um empenho da parte da Vereação da Câmara Municipal em conseguir concretizar algumas das nossas intenções que é efectivamente dispor de estacionamento quer na Páscoa, quer no Verão. Não temos culpa nenhuma nos atrasos dos projectos, alguém terá, não somos nós, comerciantes, de certeza. Não fomos nós que iniciamos as obras, mas fomos nós que as pagamos e que sofremos os atropelos que elas têm causado. Temos revelado, como dizemos no nosso ultimo comunicado, uma grande maturidade cívica, uma grande compreensão, mas tivemos na primeira linha para apanhar as pedras, digamos assim. Por outro lado, sabemos compreender e temos capacidade e direito de pedir às pessoas responsáveis por estes projectos que os façam de maneira a minimizar os nossos custos. Eles já vão longos e esperamos que na Av. 25 de Abril se acabe antes da Páscoa, precisamos trabalhar na Páscoa. Precisamos de começar uma época com algumas condições. E no Cais dos Pescadores, voltamos a insistir na questão do rigor, de começar a controlar, mostrar autoridade, controlar a empresa que vai executar, não deixar margem de manobra para fugas e para problemas, mas controlar também o gabinete polis, que tem revelado dificuldades em gerir e controlar obras e tem que haver alguma autoridade politica sobre eles. À parte: vinha falar de uma questão que acontece na Rua 5 de Outubro. Tendo nós já tantas dificuldades de estacionamento na Av. da Liberdade, há poucos dias começaram a colocar pinos, retirando dali 20 ou 30 lugares de estacionamento que muita falta fazem aquela zona. Sabendo que às 9 da manhã não há um estacionamento na Av. da Liberdade e algumas pessoas fogem para aquela zona, levanta-se a questão de facto da oportunidade dos pinos. As pessoas da 5 de Outubro dizem que agora têm de deixar os carros muito longe. Eu não estou a por em causa que efectivamente os pinos devam ser um projecto a ser implementado, mas quando houver parques, uma oferta mais alargada que sirva todas aquelas pessoas. Assim, agora cai tudo na Av. da Liberdade. Ora, os estacionamentos da Av. da Liberdade não são suficientes para os moradores, comerciantes e empregados, logo não há lugares para os carros dos nossos clientes. E tudo isto é efectivamente um problema muito sério. Nós não pomos em causa a seriedade da Câmara Municipal sobre esta questão, na gestão do problema, só que ele está a atrasar-se demasiado. Já nos foi prometido antes que haveria parques de estacionamento, não foi cumprido. Temos sido tolerantes e compreensivos, mas também não nos pesam demais. Eu gostava que houvesse alguma preocupação da parte da Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador. Eu sei que a Assembleia Municipal

não tem poderes de intervenção nesta questão, mas tem capacidade de acompanhamento, tem o seu peso político, pode exercê-lo e pode também requerer para as reuniões com as administrações das empresas que fazem os projectos, como também para a Sociedade Polis, o seu poder influência, o seu poder de opinião em defesa dos sacrificados comerciantes da baixa de Albufeira. Eu peço à Assembleia e aos seus membros que efectivamente se preocupem com esta questão, tal como a Câmara Municipal, onde o seu Presidente há bocado se comprometeu insistir e procurar soluções satisfatórias para os nossos problemas. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Eu penso que a Assembleia Municipal se preocupa. É uma Assembleia de cidadãos de Albufeira e que representam a população de Albufeira; naturalmente preocupam-se. Estes assuntos já têm sido bem debatidos nesta Assembleia e isso que o Senhor esteve a dizer tem sido uma preocupação constante desta Assembleia Municipal. Evidentemente que a Assembleia tem poderes de fiscalização, é certo, mas não tem poderes de intervenção directa, nem pode seguramente pôr o empreiteiro a cumprir atempadamente aquilo que ele não está a cumprir, o que foi manifesto e que toda a gente viu e manifestou toda a gente, começando pela Câmara Municipal. O Presidente da Câmara foi para lá quando o empreiteiro queria abandonar a obra e eu também tive de ir lá intervir; e toda a Assembleia Municipal tem pressionado sempre a Sociedade Polis no sentido do cumprimento dos prazos. Agora, mais do que isso não se pode pedir a uma Assembleia, que apenas temos uma vontade política, quando o que está em causa, é que o empreiteiro não cumpriu, penso que se refere à Av. da Liberdade. De facto, os prazos que estavam combinados foram excedidos e inclusivamente ameaçou abandonar a obra. Isso são questões da Sociedade Polis, na qual intervém a Câmara, como accionista e intervém o Estado, através da CCDR e digamos, que é uma entidade autónoma aqui no município e portanto, também escapa à fiscalização da Assembleia Municipal, directa. Há uma fiscalização política, mas não mais do que isso. Evidentemente que se podem pedir responsabilidades, e nós temos aqui, penso que tem sido comum a todos os membros, essa preocupação, fundamentalmente porque Albufeira não é uma terra qualquer. Albufeira é uma terra turística e que tem uma sazonalidade terrível e que imagino para os comerciantes que tão duro isso é, especialmente quando as obras lhes caem na época principal. É algo que eu penso, que não há aqui nenhum político nesta sala, nem um membro da população, que queira obras em que não sejam os prazos rigorosamente cumpridos, dado até a especificidade de Albufeira que nada tem a haver com as outras terras, onde não se verifica esta vertente da sazonalidade e de uma intervenção económica, muito em especial, dirigida para a época alta. As obras incomodam, aqui ou em qualquer lugar do país, mas aqui há uma carga turística; é uma realidade económica muito própria e, de facto, esse rigor no cumprimento dos prazos foi sempre aqui pedido; tomámos iniciativa inclusivé, que não era nossa obrigação directa, de verificar toda a programação Polis; lembro-me de várias intervenções dos membros a pedirem, a chamarem a atenção, no sentido exigente do cumprimento dos prazos, mas é evidente, isso escapa muitas vezes ao nosso controlo directo. De

qualquer modo, acho que é de registar essa preocupação e é bom que haja essa prevenção para futuras obras. -----

Presidente da Câmara - A ACOSAL é uma associação dos comerciantes da Av. da Liberdade em que nós, Câmara, temos trabalhado em parceria. É uma associação devidamente legitimada e que tenho acompanhado desde o princípio, desde a sua formação e em todas as acções que tem procurado desenvolver naquela zona, promovendo a rua depois da intervenção concluída. Há questões que não passam só pela Câmara, ou só pela sociedade Polis, tem a haver com pareceres, empreiteiros, com várias situações que se juntando nem sempre o "cocktail" é o ideal, há sempre um dos elementos do cocktail que tem feito destoar a qualidade do produto. Relativamente aos parques de estacionamento, neste momento há uma empresa que concorreu e que tem a execução do parque P5. Como sabem, para fazer parques em Albufeira, com estas características, é quase preciso andar com as empresas ao "colo", porque não são parques em Lisboa e no Porto, que todo o ano funcionam e tem havido aqui situações que de certo modo têm atrasado, nomeadamente o parque do Inatel, só ontem é que a Sociedade Polis conseguiu fazer o depósito para a posse administrativa daquele terreno, durante dois anos o Inatel pôs uma providencia cautelar ao Estado porque conseguiu-se uma declaração de interesse público para aquela zona. Depois, tinham concorrido duas empresas para o parque do Inatel, uma foi excluída e pôs a outra em tribunal. Dois anos depois a empresa que é suposto fazer a obra vai ver se é possível investir 600, 700 ou 800 mil contos num parque de estacionamento em termos de rentabilidade. Ou seja, a minha função como Presidente de Câmara e como representante pela Câmara na Sociedade Polis, é exactamente fazer "ponte", fazer as ligações para que o cocktail não saia fora e não tenha um produto que faça mal. E o que aconteceu na Av. da Liberdade, foi que o cocktail esteve tão explosivo em determinadas alturas que fez com que eu durante dois meses fosse para lá às 7:30 da manhã. Portanto, o que eu prometo e o que tenho dito é, o rigor, o empenhamento e a dedicação perante problemas que não sendo a Câmara responsável, tem a Câmara responsabilidade e portanto, nunca o deixei de o fazer. E por isso que na adjudicação desta obra, antes de irem para o terreno fazerem o que os outros fizeram, preciso que me apresentem todo o planeamento para perceber onde começam, onde é que partem e os prazos, e a empresa só pode fazer isso a partir do momento que sabe que a obra lhe é adjudicada. Agora é que estão a preparar tudo isso, para não fazerem o mesmo que os outros fizeram. Foi uma exigência, eu próprio já falei com a administração da empresa nesse sentido, porque é uma obra fundamental, no coração da cidade e não podemos correr esses riscos. A zona perto do Rocamar, está a correr bem e penso que no final de Março a obra está concluída. Na zona do Praia Mar, já estão a desmontar, penso que até final de Fevereiro o processo está fechado. Tem havido uma maior preocupação, perante os novos empreiteiros, tendo em conta aquilo que foram os aspectos negativos. Há uma exigência de correcção, de apresentação das coisas com uma série de regras e exigências e sensibiliza-los para aquilo. Por outro lado, falei com a administração para que quando entrarem em obra, quero que tenham uma relação com os comerciantes totalmente diferente daquela que a empresa anterior teve. Tem de

haver uma relação franca entre quem lá trabalha e quem está lá todos os dias, coisa que não aconteceu na maior parte daquelas obras que aconteceram lá em baixo, como vocês sabem. Ou seja, são atitudes diferentes daquelas que foram tomadas durante uma grande parte das obras já executadas e que algumas ainda não estão terminadas. Eu faço parte do Conselho de Administração da Sociedade Polis, mas na maior parte dos Conselhos, a nível nacional, os Presidentes de Câmara não estão na Sociedade Polis, têm um Vereador, um delegado ou um Engenheiro. Já o anterior Presidente de Câmara estava na Sociedade e eu achei que devia também estar. Independentemente desses envolvimentos negativos, acho que estando lá, consigo dar respostas e fazer exigências, se não estivesse as coisas iriam correr pior. Portanto, aqui o que está em causa é a imagem de Albufeira, é a preocupação com os comerciantes. Obviamente, o interesse do concelho é que as coisas corram bem, porque ninguém fica bem se as coisas correrem mal e independentemente das questões políticas e partidárias, acho que estamos todos no mesmo barco, somos todos de Albufeira e queremos o melhor para esta terra. Ao querer o melhor e querer intervir, é por isso que na última semana tem havido alguma mudança, alguma correcção, até no âmbito da Sociedade. Não sei se repararam mas na Av. 25 de Abril, independentemente dos problemas todos, desde há uns quinze dias atrás, têm estado a trabalhar de uma forma diferente. Existem aqui coisas que têm sido feitas e têm dado resultado, obviamente que em cada intervenção minha, não vou para a comunicação social, nem telefono a toda a gente. Digo ao Luís para terminar que, continua a ter o mesmo empenhamento a minha vontade e quando houver alguma situação que pareça anormal, com a mesma frontalidade que você falou comigo e que me telefona, estamos sempre disponíveis para continuar a procurar que as coisas aconteçam de maneira a minimizar todas essas questões que obviamente são complicadas, mas que da nossa parte não vai ter nenhuma situação que trave, antes pelo contrário, é no sentido de desbloquear. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica disponível para consulta, por parte dos membros da Assembleia. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia inicia o Período da Ordem da Dia. -----

## **ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos do Art. 79º da D.L n.º380/99, de 22 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Conforme lhes foi remetido, a questão tem a ver com a cedência de um terreno por via gratuita para a Polis, do domínio público municipal. Será por via de doação, como é dado ver. É para a construção do parque de estacionamento, sobre o qual a Polis já terá lançado o concurso público, em que o mesmo será feito em regime de direito de superfície por 50 anos, o que significa que com a extinção da

Sociedade Polis e a verificação deste determinado prazo, o terreno reverterá a favor do município. (passa a palavra aos membros). -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Ana Simões, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Hélder Sousa, José Cabrita, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Ricardo da Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausentes: um (01) Francisco Oliveira. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

### **PONTO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação, da declaração de interesse público municipal de equipamento de apoio à 3ª Idade - Vale Rabelho (Guia), nos termos da alínea o) do n.º1 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06) Fernando Neves, Euridice Vieira, Francelina Lourenço, Ricardo da Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Ana Simões, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício e Francisco Guerreiro. -----

Ausentes: um (01) Francisco Oliveira. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Carta Educativa do município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francelina Lourenço - Sobre a carta educativa, gostaria de fazer realçar um ponto que é o seguinte: chamar a atenção essencialmente para o facto de estar previsto que a actual escola secundária passe a funcionar como escola básica nível 3. Isto é, voltar a funcionar com sétimo, oitavo e nono ano de escolaridade, para além dos actuais, décimo, décimo primeiro e décimo segundo ano do ensino recorrente nocturno. Tal situação já se verificou num passado não muito remoto, com todos os inconvenientes daí vigentes, tendo-se optado incorrectamente, a meu ver, pela separação dos diversos graus de ensino dado à sua especificidade, bem como a especificidade regrada

existente. Para além disso, a nova escola secundária irá funcionar como básica do nível 3 e secundária, o que significa que em rigor deixará de haver uma verdadeira escola secundária no concelho de Albufeira, dando lugar a um produto híbrido que de acordo com a actual constituição dos diversos níveis e graus de ensino nem sequer está previsto na actual Lei de Bases do Ministério Educativo. O ensino secundário tem por definição uma personalidade própria e é sobretudo nos anos terminais, essencialmente na sua vertente de ensino em estúdio, um ensino requerido para um universitário com uma especificidade particular. Poder-se-á argumentar que se prevê o alargamento da escolaridade mínima obrigatória até aos 18 anos sensivelmente e, que ao verificar-se, no meu ver, não altera a essência do problema em questão e referidas até no documento em apreço, as elevadas taxas de abandono e insucesso escolares, bem como, digo eu, elevadíssimo e chocante índice de desemprego de dezenas de milhares jovens licenciados, das diversas políticas em curso que têm vindo a ser seguidas num passado recente e em grande parte a nível da reestruturação do ensino superior e da ausência de alternativas. Creio que facilmente se poderá inferir dessa situação que se está a perder a oportunidade de se criar alternativas efectivas e credíveis de oferecer aos jovens do concelho de Albufeira verdadeiras oportunidades de escola e uma oferta diversificada e aliciante de um método de variados cursos diversificados. Creio que o concelho de Albufeira deveria manter a actual escola secundária e construir uma outra mais vocacionada para o ensino tecnológico e artístico (até porque não) como complemento de variedade de opções a oferecer aos jovens do concelho de acordo com as necessidades do mercado de trabalho por uma lado e do prosseguimento de estudos tendo em consideração o acesso ao ensino superior nas suas diversas vertentes e actualmente previstas no Processo de Bolonha. De acordo com a própria especificidade do ensino próprio, ensino secundário, quer venha a curto ou a médio prazo, o prazo obrigatório ou não, está em causa uma série de factores que ao equacionar e para além das necessidades existentes e das taxas de insucesso escolar já referidas, as quais exigem a profunda separação entre outras e a breve trecho, a saber. Como elaborar um verdadeiro, um autêntico projecto educativo, com uma personalidade própria, de acordo com as realidades tão díspares? Como conciliar a definição do perfil do aluno do ensino básico ao nível do terceiro ciclo de estudos, com o de o aluno do ensino secundário, quer universitário no que concerne aos procedimentos de estudos, quer vocacionada para a inserção na vida activa, isto é, o mercado de trabalho? Como elaborar o regulamento interno abrangente, tendo em consideração os níveis etários dos alunos tão díspares, que podem ir dos doze, treze anos até aos vinte e mais? Creio que se está de facto a perder a oportunidade de motorização do concelho no âmbito do ensino secundário, o que significa que os verdadeiros e mais prementes problemas se irão manter neste ano. -----

Ricardo Silva - Eu gostaria de tecer algumas considerações relativamente a esta questão e passo a citá-las. Esta proposta refere-se a um estudo realizado durante o ano de 2003/2004 com uma projecção para dez anos, conforme algumas passagens do texto, não tendo havido uma preocupação de dados correcta. Existem situações que interferem com o cenário base deste estudo e que exige algum estudo diferenciado.

Assim, actualmente deixaram de existir as escolas EB1 de Ferreiras e de Paderne, tendo-se transformado uma EBI de Ferreiras e EBI com Jardim-de-infância de Paderne, após a construção de novos edifícios. Este facto levanta o problema de gestão de espaço uma vez que as EBI são propriedade do Ministério da Educação e a gestão destes espaços é da responsabilidade dos respectivos conselhos executivos, sendo porventura necessário realizar os protocolos de construção e utilização dos edifícios, dos espaços da EB2 para se precaver possíveis problemas, fornecimento de refeições, arranjos exteriores, etc. Nos quadros existem dados incorrectos relativamente à situação actual no Primeiro Ciclo das Ferreiras, uma vez que o estudo aponta para cinco salas com capacidade para cento e oitenta e cinco alunos que correspondiam às salas da antiga escola e que obrigavam a haver um desdobramento de horário. Actualmente, no novo edifício existem dez salas com capacidade para duzentos e trinta alunos, em função dos critérios apresentados num estudo de vinte e três alunos por sala. Este dado altera tudo, a oferta necessária para esta freguesia, aumentando a capacidade para mais trinta e cinco alunos. A escola EB1 de Ferreiras está integrada agrupamento e também território educativo proposto pela escola Diamantina Negrão, no que nos últimos anos os seus alunos têm sido matriculados na EB2 de Ferreiras, provocando desequilíbrios ao nível da gestão pedagógica e administrativa. É necessário definir esta colocação de alunos definindo regras claras sobre o percurso escolar dos alunos quanto ao estabelecimento de ensino. Nesta proposta deveria constar um estudo sobre a população de alunos entre agrupamentos, actualmente é permitido aos encarregados de educação matricularem os seus educandos no seu local de residência, mas também no seu local de trabalho, daí ser necessário ter em atenção a quantidade de oferta escolar mas também a qualidade da mesma. Uma escola que não esteja a funcionar bem, poderá levar o encarregado de educação a retirar o seu educando da sua área de residência e matricule-o perto do seu local de trabalho e se analisarmos que grande percentagem dos habitantes das freguesias limites trabalha em Albufeira, podemos facilmente ver que isto pode originar uma grande pressão sobre essas escolas. Seria importante esta carta apontar para a localização ideal para a construção das novas escolas incluindo a nova escola secundária, utilizando as projecções e dados geográficos existentes no estudo. Tenho dito. -----

Euridice Vieira - Já muita coisa foi dita pelos meus colegas sobre a carta educativa e algumas das críticas concordo com elas. Por exemplo ao que o Ricardo disse, que a caracterização da Carta Educativa é feita para o ano 2003/2004. A própria Carta Educativa previa a motorização da evolução, por isso nós estamos no ano lectivo 2006/2007, há alterações e não são referidas aqui, nem vem nenhum documento anexo com essas informações. Para além disso, as escolas EB3 da freguesia de Albufeira estão todas a funcionar para além da capacidade prevista, por isso é necessário a construção de uma EB3. Como a minha colega Francelina referiu, pela nossa experiência, como há mais pessoas nesta sala, nomeadamente do Sr. Vice-Presidente, todos nós sabemos que as escolas secundárias a funcionar com terceiro ciclo de ensino, perdem todos, principalmente aqueles alunos do ensino secundário que querem ter uma

vida mais calma e querem prosseguir os estudos. Ainda acerca das previsões que são feitas para o ano 2013, eu fiz as contas, a oferta escolar que é prevista haver nas escolas secundárias, terceiro ciclo, prevê-se uma oferta de cinquenta e uma turmas. A escola secundária no ano 2003/2004, como é referido no documento tinha quarenta e três turmas a funcionar, neste momento tem quarenta e oito turmas a funcionar. Neste curto espaço tem mais cinco turmas. Prevê-se para o ano 2013 apenas mais três turmas, para além do facto de no ano 2013 está generalizado o ensino obrigatório até ao décimo segundo ano, aí acho que é um erro gravíssimo. São estas as minhas considerações. -----

Vice-Presidente da Câmara - Vou responder de forma genérica às questões que foram aqui colocadas. Boa noite a todos os presentes. Respondendo às Dra.s Francelina e Euridice sobre a questão da escola secundária com terceiro ciclo, é uma opinião como qualquer outra. Tenho alguma experiência, como sabem, estive dezoito anos como Director da escola secundária. Entendo que neste momento, e a proposta que está sobre a mesa, as escolas secundárias são da responsabilidade do Ministério da Educação. As Câmaras Municipais apenas devem, não é obrigatoriedade delas, adquirir o terreno e cede-lo ao Ministério da Educação para aí vir a ser construída a escola que se pretende para essa localidade. Não é de todo uma responsabilidade das Câmaras Municipais. Tem havido várias reuniões entre mim e o Sr. Director Regional da Educação do Algarve, que está neste momento numa azáfama em termos de conseguir do Secretário de Estado e Secretaria do Ministério da Educação o despacho autorizador da construção de uma escola. Até aqui, há um mês tínhamos à equação um terreno em Vale Pedras, perto dos armazéns e cemitério, onde seria construído uma escola de terceiro ciclo e secundário. Na última reunião que tive com ele, propus-lhe a hipótese que, já que as escolas da freguesia de Albufeira do segundo e terceiro ciclo estão completamente cheias, têm mais lotação do que aquilo que deveriam ter, até porque a tipologia da escola está ultrapassada em termos dos mais planos curriculares que saíram já lá vão alguns anos e nunca mais foram alterados, eu próprio quando estive na Direcção Regional a desempenhar funções, fiz uma proposta no sentido de alterar as tipologias das escolas existentes na altura. A secundária merecia ter alteração de tipologia. Propõe ao Director Regional que a nova escola passasse a ser só de segundo e terceiro ciclo, vinha beneficiar todas as outras a escola secundária seria ampliada com mais um bloco porque tem espaço físico para ser implantado e levou a ideia com bom agrado. Provavelmente até poderá ser isso que irá acontecer. Relativamente à Carta Educativa, é um documento de planeamento com dados que se baseiam em referência no último ano em 2003/2004. Houve aqui algum impasse, porquê? Porque na altura que ela começou a ser feita tinha sido aprovada uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, a rever a Lei 46/86, a que continua actualmente em vigor e na altura o Presidente da República não prorrogou. Ao não prorrogar essa Lei de Bases, voltou para a gaveta, não foi remetida novamente à Assembleia da República para nova aprovação. Como sabem, quando se fala que em 2013 o décimo segundo ano será o ano de escolaridade obrigatória, não se sabe ao certo, são previsões. É uma previsão que já se fala há dez anos, no mínimo. A questão que o Ricardo levantou, há alguma confusão

com o discurso. A escola EB1 de Ferreiras não pertence ao agrupamento Diamantina Negrão, a EB1 de Fontainhas é que pertence. Mas como sabe, os agrupamentos foram organizados já há muitos anos, muito antes de eu estar na Câmara, já propus decisão para a Direcção Regional, a escola EB1 de Fontainhas como pertence à freguesia de Ferreiras, passa a fazer parte do agrupamento vertical de Ferreiras em detrimento de fazer parte do agrupamento Diamantina Negrão. Como sabem, também, com as construções das novas escolas, no caso da EB1 de Ferreiras que é uma escola com dez salas construída há dois anos, permitiu que a freguesia de Ferreiras funcione em regime normal pelo menos no que toca ao primeiro ciclo. Permitiu que a escola antiga do primeiro ciclo fosse transformada em Jardim-de-infância. Temos um quadro final de construções previstas a curto e médio prazo e algumas delas já realizadas. Tudo o que se passa a nascente da freguesia de Albufeira já funciona a regime normal, falta a parte poente que vai iniciar-se obras ainda este ano, Vale Parra, Cerro do Ouro e provavelmente Sesmarias. Na Guia prevê-se a construção de uma EB1. Contrariamente aquilo que a Dra. Francelina disse, a questão dos regulamentos, fazer um regulamento numa escola onde os alunos são de uma grande diferença de idades, acho que é uma questão de pormenor porque se não, não teríamos um regulamento num concelho onde há pessoas com noventa anos e pessoas com cinco anos. As EB1 Também têm essa diferença de idades, é uma escola integrada, tem desde a primária até ao nono ano. Penso que o Ministério da Educação faz uma boa avaliação dessas escolas, que para mim são escolas que estão destinadas para determinadas zonas do país, zonas do interior, onde não seja necessário construir uma escola de segundo/ terceiro ciclo e que também são diferentes, mas são coisas que se interligam. Na Guia, está previsto uma escola EB1, não tem problema nenhum em construir uma escola do primeiro ciclo até ao nono ano e transformar a actual em Jardim-de-infância, como aconteceu nas Ferreiras, o que vai permitir alargar a oferta no Pré-escolar, que não é escolaridade obrigatória. Enquanto que no primeiro ciclo as Câmaras Municipais têm por obrigatoriedade garantir que todos os alunos, sem excepção, frequentem a escola, no pré-escolar a obrigatoriedade não existe. O concelho de Lagos, há poucos anos, é que aderiu à rede pública de Jardins-de-infância. Por exemplo, falou na motorização, evidentemente que sendo um documento de planeamento que posteriormente não sendo alterada antes, ela vai ser integrada conforme reza a legislação vigente no Plano Director Municipal em fase de revisão. Obviamente que nessa altura irá ser feita uma revisão. Dessa feita, ser feita uma revisão periodicamente, talvez semestral, para que se possa, a partir do momento que ela for ratificada pelo Ministério da Educação, irá entrar em trabalho um grupo que a Câmara Municipal irá designar para monitorização da própria Carta, para adaptação à realidade que se vai mudando, a tal escola que se calhar não está aqui prevista mas que tendo em conta o numero de alunos que aumentou num determinado ano. Por exemplo, vamos iniciar construção de uma escola do primeiro ciclo e Jardim-de-infância também em Vale Pedras, junto à tal escola secundária ou segundo/terceiro ciclo que está prevista. Essa escola neste momento está numa zona que não é muito habitacional, pode haver alguns pequenos problemas em termos de permissão do tecido estudantil da própria escola. Temos uma nos Calijos, uma na

Correeira e uma em Vale Pedras, escolas relativamente grandes. Até pode acontecer que a escola dos Caligos fique com salas a mais e possam ser transformadas em salas de pré-escolar. Isto não está aqui previsto, são opções que se vão tomando conforme as coisas vão evoluindo. É um documento de planeamento, todo ele é dinâmico, não é estático. -----

Presidente da Câmara - O que o Sr. Vice-Presidente disse é que, nos últimos anos nós temos feito a monitorização em função das necessidades e em função daquilo que são as preocupações das áreas de intervenção. É por isso que nasceu a Correeira, as Ferreiras. À medida que a população do concelho de Albufeira em termos de jovens vai crescendo, tudo isto é evolutivo e o que hoje nos parece razoável, daqui a um ano se calhar temos de intervir noutra área ou local, basta que haja um aumento de população em determinada freguesia. A Carta Educativa é um documento que serve de base e que será sempre corrigida em função do crescimento. -----

Euridice Vieira - Parece-me no mínimo estranho que as propostas apresentadas sejam baseadas numa tipologia de ensino que nunca esteve em vigor, que era a Lei de Bases proposta por David Justino. Foi aprovada pela Assembleia da República, o Presidente da República não devolveu à Assembleia da República, mas a Câmara Municipal parece que continua a propô-la. Gostariam com certeza que essa Lei de Bases tivesse sido aprovada. O Conselho Municipal de Educação, o representante do ensino secundário também fez proposta em relação a esta situação, da secundária não ser secundária e terceiro ciclo e estive a ler com cuidado e destas notas que vêm apenas à Carta Educativa na sequência da Reunião do Conselho Municipal, nada disso vem referido. ----

Ricardo Silva - É apenas para salientar que há pouco não fiz confusão, referi-me à EB1 das Fontainhas. Ouvindo um pouco aquilo que o Sr. Vice-Presidente falou e sabendo que existe aqui uma ou outra imprecisão, não haveria possibilidade de rever melhor o documento e corrigi-lo naquelas expressões pontuais. Porque estamos a falar de um documento para dez anos e assim ficava actualizado. -----

Francelina Lourenço - Quero salientar o facto de o Sr. Vice-Presidente ter reagido a propósito da minha curta intervenção, a elaboração do regulamento interno. De facto, trata-se daquilo tudo que eu disse, talvez o exemplo mais inocuo. O que eu acho que está em causa é a essência do ensino secundário e são as ofertas e oportunidades de modernização que se devem dar aos jovens deste concelho para não abandonarem o ensino, para não estarem desmotivados, para não irem para o desemprego. Acho que estão a tempo de reflectir, neste momento exacto, a criação de escolas secundárias verdadeiramente alternativas. O que está em causa é o interesse dos jovens, não é o interesse eventualmente economicista, ou politica, ou de uma Lei de Bases que está hoje em vigor. O que está em causa, de facto, é o interesse das populações, esse é o soberano interesse para o qual existe escola e é isso que deve ser reflectido, na minha opinião, e é esta oportunidade que não pode ser desperdiçada. -----

Adriano Ferrão - Pela primeira vez temos em mão um documento que pensa a educação neste concelho e que mostra, no seguimento da obra feita, e é de obra feita que estamos a falar, um profundo interesse pela educação dos jovens e promove um conjunto, neste planeamento, de medidas que são dinâmicas, e não estáticas, que se vão

adaptando constantemente aquilo que vai sendo a realidade deste concelho. Se o concelho está a crescer, já foi dito aqui, esclarecido e sublinhado, o executivo está atento e por isso mesmo inclui neste documento um conjunto de medidas e intenções que acompanham o crescimento escolar deste concelho. Parece-me adaptado, quando ainda mais permite, este documento, que se construam não só as escolas, mas que estas escolas possam sofrer algumas variantes para melhor se adaptarem às realidades. A construção de um novo pavilhão na escola secundária de Albufeira, e está já lá de há muitos anos a zona de implementação desse pavilhão, vem colmatar precisamente o que foi aqui dito, as necessidades do concelho em termos secundários. Mas ainda, está em aberto que a escola secundária se mantenha secundária com a inclusão do terceiro ciclo. A escola a construir poderá ser ela secundária ou do segundo mais terceiro ciclo, o que vai tirar pressão nas restantes escolas do concelho, de modo que eu não vejo que haja aqui motivos de preocupação. É interesse por parte do executivo manter o acompanhamento e a monitorização periódica, para que essa realidade esteja sempre ajustada. Parece-me que tudo está justo e perfeito. -----

Francisco Calhau - Vou me basear naquilo que aqui foi dito e elogiar o executivo pela elaboração de um documento que é estratégico para o ensino e que de certa forma as críticas que aqui foram feitas acabam por forma, de forma indirecta, elogiar, porque pelo que ouvi, apenas pelo facto de existir, permitiu que passassem a existir algumas críticas sobre a oferta educativa no concelho. Ainda bem que existem, significa que hoje têm o documento, podem discutir, podem ver e portanto também deveriam ter elogiado o facto de passar a existir um documento que permite fazer o planeamento estratégico do ensino a diferentes níveis do concelho. A outra coisa que não ouvi aqui dizer e gostava de realçar é que deve haver poucos concelhos no país que se podem gabar de ter o tipo de problemas que nós temos, significa que vamos ter crescimento e a maior parte dos concelhos não têm crescimento. Quem trabalha noutros níveis de ensino, como eu trabalho, fica muito satisfeito por saber que vamos ter crescimento neste concelho, Deus queira que possa ser acompanhado noutros concelhos do Algarve.

Vice-Presidente da Câmara - Para responder à Prof. Francelina, que respondi á questão transversal, aliás até disse o que estava neste momento em cima da mesa entre a Câmara Municipal e o Ministério da Educação. Como sabem, não vou dizer aquilo que fiz em termos de educação, mas é certo que em cinco anos já se construiu três escolas novas do primeiro ciclo, ampliamos quatro, todas com sala de informática, biblioteca escolar, sala de professores, permitindo regime normal das nove às quinze horas. Como o Eng. Calhau disse, só é criticável porque é a primeira que existe, porque se ela não existisse não era criticável, obviamente. É o nosso papel. Quanto ao que o Ricardo há bocado disse, de a retirar. Não é um documento acabado, está prevista a tal motorização gradual, a validade dela não é dez anos, como sabe estamos em 2007, até 2013. Até lá muitas alterações irão ser tomadas. -----

Ricardo Silva - essa questão do criticável, toca-me particularmente, porque acho que o PS vem aqui com uma postura positiva e coloca questões concretas sobre a Carta. É o primeiro documento, ainda bem, acho que sim, estão a fazer o vosso papel e a vossa obrigação. No entanto, achamos que existem situações que merecem a discussão. Para

alguns parece que se viéssemos aqui de "bico calado" era preferível. Nós estamos a fazer aquilo que é nossa obrigação e a fazer o nosso trabalho de casa, se calhar outros não o fazem, o problema é deles, com certeza. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Fernando Neves, Fernando Cabrita, Ana Patrício e Francelina Lourenço. -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Ana Simões, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Hélder Sousa, José Cabrita, Euridice Vieira, Ricardo da Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Ausentes: dois (02) Francisco Oliveira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### **PONTO QUARTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de interesse municipal da Central Fotovoltaica - Quinta do Escarpão, Paderne; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne (Francisco Guerreiro) - Eu concordo com esta proposta, mas também consigo ver mais outra situação se isso for a avante, irá ser criado mais um corredor na freguesia de Paderne. -----

Francisco Calhau - Para já felicito o município por ter aderido a uma outra forma de energia alternativa que é extremamente importante. Estamos a falar de 10 000W de potencia oferecida por energia fotovoltaica e, na realidade, hoje, com os problemas de que ouvimos falar, do aquecimento global pela utilização de combustíveis fósseis, é extremamente importante que comecemos a dar o exemplo de utilização de formas de energia alternativa. Esta não será, até pela localização aquela, aquela que mais impacto visual terá. Não deixará de ser certamente uma daquelas que mais produzirá e mais energia vende e terá reservas. Eu considero que é muito bom este município ter aderido e espero que até inclusivamente possamos tirar algum proveito do aspecto positivo, precisamente porque nós próprios no concelho temos essa preocupação de que é uma mais valia. -----

Ricardo Silva - É para esclarecer que não é o município, é uma empresa particular que pretende aplicar energias renováveis na área, o que acho correcto. Acho que o município só tem que criar todas as condições para essa dita empresa. Não é o município directamente que tem esse papel. -----

Francisco Calhau - A central fotovoltaica que é feita na zona da Amareleja também não é o município que a faz. É uma discussão desnecessária. A única coisa que está a dizer é, promover, facilitar e incentivar, que existam empreendedores que o queiram fazer. Volto a dizer, felicito o município por o ter feito. -----

Ricardo Silva - Nesta segunda parte o Eng. Calhau disse bem, o município tem de criar

as condições. A minha intervenção foi só no sentido de esclarecer o português utilizado, que deixou um bocado no ar que tinha havido aqui uma presença. -----

Presidente da Câmara - Só quero esclarecer para que o português seja claro. A Câmara Municipal de Albufeira foi abordada pelo promotor para a possibilidade de instalar no concelho um equipamento deste género. Foi feita proposta de localização, o terreno é em zona de rede natura e a primeira resposta seria em dizer que era impossível porque o terreno está em Rede Natura, o PDM não o permite. Eu propus ao promotor que fizesse a proposta, que apresentasse os documentos, independentemente de documentos pedidos por mim não terem sido apresentados correctamente não impediu que a Câmara na primeira oportunidade trouxesse à reunião de Câmara uma proposta de considerar de interesse público, de pedir parecer à CCDR e Estradas de Portugal, porque percebeu que até da parte do promotor não tinha fundamentado bem o pedido. Ou seja, o município de Albufeira, para que fique bem claro o português, foi mais que "pai" do promotor, para não perder a oportunidade de trazer para Albufeira este tipo de equipamento. Quando deu entrada este pedido, eu pedi todos os elementos necessários, fui à CCDR entregar pessoalmente à Eng. Valentina Calixto a proposta para que não houvesse falhas, sabendo que este terreno coincide com terras que a marina de Albufeira em tempos tirou e colocou exactamente na zona onde querem colocar este equipamento e que era uma das condições da CCDR já alguns anos, que fossem retiradas aquelas terras. O que eu pedi à CCDR que tivessem em conta este processo, tivessem em conta a localização e procurassem aceitar este projecto porque atrás deste projecto existe outra coisa, que não está aqui, que é o Parque temático no âmbito das energias renováveis. É importante requalificar toda a zona do Escarpão, com este equipamento, com o Parque Temático, com a reorganização daquelas pedreiras sem lei nem roque. Inclusive um parque para pedras ornamentais e outros pontos de localização de zonas de interesse de complementaridade ao que nós temos aqui, que é o sol e a praia. Que fique esclarecido. O promotor fez a abordagem, mas depois a Câmara Municipal puxou de tal maneira o promotor e criou todas as condições de modo a que, não tendo o promotor entregue os documentos como deveria ser, a Câmara Municipal não se inibiu de pedir pareceres, mesmo sem ter os documentos em condições. O papel da Câmara aqui foi interessante, tendo em conta que é importante ter um parque com aquelas condições no concelho de Albufeira e no Algarve. -----

Presidente da Assembleia - É raríssimo intervir, como sabem. Eu, de facto, sobre isto não tenho dúvidas nenhuma. A fase em que o planeta atravessa, este tipo de iniciativas, a mim pessoalmente, não me dá a pequena dúvida. Merece o nosso apoio e o nosso carinho. É daquelas coisas que gosto de ver no nosso concelho. -----

Fernando Cabrita - Quero fazer uma pequena pergunta: relativamente à questão de ser de rede Natura e não se poder instalar a Central Fotovoltaica, porquê? Não é considerada uma energia limpa? -----

Presidente da Assembleia - Em termos daquilo que me é dado a saber, há uma inibição de fazer lá qualquer tipo de investimento, qualquer tipo de mexida nestes terrenos, são terrenos intocáveis, porque se quer proteger o ambiente. Neste caso em concreto, estamos perante algo que vai precisamente nessa direcção. É um investimento humano

que visa proteger o ambiente, através da não utilização, do que isto conseguir gerar, de combustíveis fósseis e portanto, ao estarmos a produzir energia limpa de uma forma renovável, não vejo melhor protecção do ambiente. Eu acho que, quem se atrever, nesses Institutos do Estado, a estar contra uma iniciativa destas, um grande investimento numerário por parte do investidor, até penso que essa pessoa está a usar do abuso de poder numa fase em que nós sabemos que isto tem de ser apoiado, é do conhecimento genérico de qualquer pessoa. Esta é a minha opinião, muito singela, sem estudar o assunto, porque este assunto para mim nem vale a pena ser estudado, é aprovar e mais nada. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Ana Simões, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Neves, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Ricardo da Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausentes: dois (02) Francisco Oliveira e Euridice Vieira -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### **PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche e ATL, em Sesmarias - Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Retiro-me da sala porque esta questão tem a haver com um familiar meu, portanto não vou estar presente na votação. -----

Fernando Neves - Já houve questões que foram aqui levantadas relativamente a este tipo de assunto, agora aparece mais um e vão aparecer muitos mais. Este pedido em concreto, é numa zona que já está um outro autorizado. As questões levantadas anteriormente mantêm-se, qualquer dia aquelas pessoas que não podem construir ou ampliar o que já têm, vêm cá pedir o interesse municipal. Não estamos contra a instalação de creches nestes terrenos, estamos a alertar para uma situação que se pode agravar tendo em conta que as pessoas podem utilizar o interesse municipal para outros fins que não estes. Nós temos conhecimento de casos concretos de pessoas que há muito tempo lutam para construir uma casa para habitar, por necessidade, em terrenos de Reserva Agrícola e não conseguem, então pedem utilidade pública. -----

Presidente da Assembleia - Sobre este ponto concreto, relativamente ao que está aqui, trata-se de alterar a licença de utilização de um armazém, construção já edificada, para uma licença de utilização destinada a equipamento de apoio à infância. Não estamos a falar de uma edificação nova. Embora eu partilhe da sua opinião e a Assembleia já o manifestou, que este regime destas declarações deve ter sempre

natureza excepcional. Mas, neste caso, para que fique bem claro, não é dar o direito de construção novo, apenas é a transformação de uso de algo que já está edificado, tanto quanto me é dado ver no processo. -----

Presidente da Câmara - É para confirmar o que foi dito pelo Presidente da Assembleia. Fernando Neves - Eu li o processo, tiramos as nossas conclusões e, de facto, achamos que se está a abrir precedentes. -----

Presidente da Assembleia - há algo a acrescentar. Nós não estamos a dar licenciamento, nem a aprovar nada, nós apenas estamos aqui a ajuizar politicamente se isto tem interesse para o concelho ou não. É um juízo e somos livres de o fazer, não estamos coibidos por ninguém de tecer qualquer consideração sobre este ou outro tema qualquer. É evidente que, a Assembleia dizendo que isto tem interesse, terá o seu peso político, os outros órgãos é que irão aprovar ou não. Isso não é connosco, nós não estamos a aprovar, estamos apenas a declarar. -----

Fernando Neves - Foram aprovados os outros, este também o é. -----

Presidente da Assembleia - Nós não estamos a aprovar nada, apenas estamos a fazer uma declaração. É uma questão de Lei, somos livres de nos pronunciarmos sobre questões de interesse concelhio ou nacional, temos essa liberdade, é nessa base. -----

Presidentas da Câmara - Estes pedidos que vêm à Assembleia Municipal, normalmente só vêm quando são questões que a Câmara entende que são importantes para o concelho. Ou seja, enquanto nós soubermos que a rede escolar, nomeadamente das creches, não têm a cobertura total. Existe necessidades e sabendo que o Estado apoia a construção de equipamento dessa natureza com financiamentos e que os particulares e instituições se podem candidatar e as Câmaras municipais não. Nós entendemos que, sendo o PDM muito restritivo em determinadas áreas, se aparecer um projecto que tenha a concordância da Segurança Social, seja ele um lar, uma creche, um jardim-de-infância, a Câmara considera que é útil para o concelho. Se repararem bem, os processos que aqui vêm, são essencialmente de equipamentos que nós entendemos que são importantes para cobrir a rede do concelho. É uma situação que tem a ver com a natureza da ocupação dos solos, porque a agricultura apenas dá autorização para fazer a desafecção desses terrenos se houver uma declaração de interesse municipal. Nós não vamos dar interesse municipal para a casa que cada um quer fazer numa zona agrícola, para isso há outras questões que estão perfeitamente identificadas no PDM, são razões ponderosas que têm critérios definidos. Que fique claro esta questão. Os documentos que a Câmara remete para a Assembleia com objectivo de considerar ou não de utilidade pública, são equipamentos que nós entendemos que são necessários e importantes para o concelho. Há pessoas a pedirem ginásios, nós não vamos dar declarações de utilidade pública para um ginásio. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas,

José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Ana Simões, Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Neves, Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----  
Ausentes: dois (02) Francisco Oliveira e Ricardo da Silva. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 11 de Janeiro de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

